

VULNERABILIDADES EM SAÚDE E GRUPOS MINORITÁRIOS: POPULAÇÃO LGBTQIAP+, POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A EFICÁCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Alex Pereira Marques[1]

Amanda Pinto Fonseca[2]

Monalysa Andrezza dos Santos Ribeiro[3]

Beatriz Santos de Almeida[4]

As mulheres em situação de privação de liberdade sofrem fatores específicos relacionados ao gênero, portanto, discutir o encarceramento feminino é entender que elas constituem um grupo especialmente vulnerável, principalmente no que tange a saúde. Reconhecendo tal problemática, em 2014, foi instituída a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) que pretende reformular as práticas do sistema prisional brasileiro. O presente trabalho tem o objetivo de discutir, através de uma revisão bibliográfica, a eficácia da implementação de políticas públicas em saúde para as mulheres privadas de liberdade. Trata-se de uma revisão bibliográfica, desenvolvida por meio de artigos indexados nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico. Os descritores foram combinados utilizando “AND”, sendo esses: “Prisioneiros” e “Saúde da Mulher”. Foram tidos como critérios de inclusão: artigos publicados entre 2017 e 2022, nos idiomas português, inglês e espanhol e a presença dos descritores no título ou resumo. Enquanto que, foram excluídos artigos que não abordavam a temática intencionada. A título de complementação bibliográfica, também foram acrescentados documentos oficiais do Ministério da Saúde e teses científicas. A PNAMPE vem com metas para incentivar a promoção da efetivação dos direitos fundamentais no âmbito dos ambientes prisionais, considerando as peculiaridades de cada grupo. Para tal, ela destaca o direito ao acesso à saúde, observados os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Porém, a realidade das mulheres encarceradas mostra-se contrária a idealizada pela PNAMPE, os relatos da literatura abordam a falta de recursos básicos de higiene, como absorventes, roupas íntimas e banheiros adequados, além de um ambiente que tende a produzir, desencadear ou agravar problemas de saúde. Portanto, os obstáculos ao acesso à saúde para esse grupo são notórios, o que ocorre devido a escassez dos recursos, investimento e profissionais qualificados. Diante dos apontamentos supracitados, percebe-se que o acesso a serviços de saúde é essencial, entretanto, no que tange às mulheres em situação de privação de liberdade é perceptível a ineficiência das políticas públicas em garantir com dignidade a execução de seus direitos, de forma a desenvolver cenários adversos a mulher presa, com o mínimo de atenção para os problemas encontrados na situação de cárcere.

- [1] Discente do 4º semestre do curso de graduação em Nutrição da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: alexmp850@gmail.com
- [2] Discente do 4º semestre do curso de graduação em Nutrição da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: amandafonseca1109@gmail.com
- [3] Discente do 4º semestre do curso de graduação em Nutrição da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: monalysaandrezza@gmail.com
- [4] Nutricionista. Centro universitário Maurício de Nassau. Email: Beatrizalmeida.nutri@hotmail.com